



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

***CDS / Partido Popular***

**N.º 587-VIII  
P.º 50.04.04  
Data: 08/03/07**

**Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhores Membros do Governo**

**Celebra-se este mês o quinquagésimo aniversário da assinatura dos Tratados que instituíram a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom), conhecidos por Tratados de Roma.**

**Foi a 25 de Março de 1957 que os seis países fundadores da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) aprofundaram o âmbito dessa comunidade com a assinatura dos referidos tratados, na sala dos Horácios e dos Curiáceos, no Capitólio, em Roma, dando origem a um mercado único.**

**A união de várias nações numa grande família europeia, constituída no pós-guerra na Europa Ocidental e dotada de órgãos comuns com o objectivo de criar um mercado único, e sucessivamente uma política comum e uma moeda única europeia, constitui um marco histórico para a humanidade, hoje celebrado.**

**Esta ideia singular de unir povos diferentes do ponto de vista da cultura, da língua e das tradições, baseia-se na partilha de valores comuns: a liberdade, a democracia, o Estado de Direito, o respeito pelos direitos humanos e a igualdade.**

**Cinquenta anos sem nenhuma guerra entre os países que constituem actualmente a União Europeia é um marco histórico sem precedentes, para o qual muito contribuíram a integração e o alargamento de seis para vinte e sete países.**

**O que começou por ser um projecto que visava sobretudo afastar a hipótese de conflito armado, é hoje um projecto de sobrevivência imposto pelo futuro, pois a união dos povos em torno deste projecto comum assenta na consciência de que a Europa só unida pode afrontar os desafios impostos pelo mundo globalizado, dar aos seus filhos um mundo melhor, pois como escreveu Jean Monet, “as nações soberanas do passado não constituem já o quadro onde se podem resolver os problemas do presente”.**

**Eu acrescentaria que se podem resolver os problemas do futuro.**

**Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados**



O Tratado que instituiu a Comunidade Económica Europeia, em cujo âmbito Portugal aderiu à comunidade, estabelece no seu artigo segundo que “A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma União Económica e Monetária e da aplicação das políticas ou acções comuns (...), promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das actividades económicas, um crescimento sustentável e não inflacionista que respeite o ambiente, um alto grau de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de emprego e de protecção social, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-Membros”.

Portugal, desde a sua adesão a 1 de Janeiro de 1986, tem beneficiado da solidariedade dos parceiros mais desenvolvidos, o que nos devia ter permitido evoluir de um modo mais acelerado, tendo em vista entrar numa rota de convergência com os restantes membros da União.

**Veja-se onde está a Espanha; é neste momento a oitava potência mundial!**

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhores Membros do Governo

Durante este período a Região Autónoma dos Açores também beneficiou de um desenvolvimento acentuado, mas está longe de atingir o lugar desejado.

À luz das lições do passado, importa perspectivar o futuro, porquanto estamos no primeiro ano de vigência do novo quadro de financiamento europeu, que decorrerá até 2013, e que de momento se julga poder ser o último.

Volvidos 21 anos e olhando para trás verificamos progresso, mas o que acontece quando olhamos para o lado, para os nossos parceiros? Onde estão eles? Atrás não estão certamente, nem tão pouco ao lado, mas realmente à frente.

Quem vemos atrás são os novos membros, e já nem todos, que se aproximam a passos largos, num ritmo diferente, mais vital, prestes a ultrapassarem-nos completamente, pois em certos indicadores já fomos ultrapassados por alguns.

Provavelmente continuamos demasiado adormecidos, embalados que fomos com políticas de subsídios, que não serviram quanto deviam para estimular a economia e para desenvolver a concorrência, mas que cultivaram a dependência pelos subsídios.

Os Açores são uma região ultraperiférica fragmentada em diversas ilhas, afastadas entre si e afastadas do continente europeu. O mercado regional é de pequena dimensão, isolado dos mercados principais, os custos de produção são elevados e condicionados pela localização geográfica, a economia está dependente de um pequeno número de produtos, e há agentes económicos que encontram constrangimentos no escoamento dos seus produtos por dificuldade de transporte.

A ultraperiferia e a dispersão geográfica são condicionantes reconhecidas, mas importa que o Governo tenha e prossiga uma estratégia para as ultrapassar.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

***CDS / Partido Popular***

**Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhores Membros do Governo**

**É necessário identificar as nossas potencialidades. É preciso definir claramente o objectivo da Região no quadro europeu.**

**Os fundos europeus não podem jamais servir como um fundo de maneo do Governo Regional.**

**É imperativo desenvolver uma política de aplicação de subsídios europeus, que estimule o investimento privado, tornando-o reprodutivo, gerador de riqueza, potenciadora do bem-estar e da coesão social.**

**O Líder Parlamentar,**

**(Artur Lima)**